

As reformas fascistas na educação italiana (de Gentile a Bottai) e a crítica de Antonio Gramsci

Marcelo Lima

Victor Leandro Chaves Gomes

Marcelo Lima

Universidade Federal do Espírito Santo,
UFES, Brasil

E-mail: marcelo.lima@ufes.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7448-8366>

Victor Leandro Chaves Gomes

Universidade Federal Fluminense,
UFF, RJ, Brasil

E-mail: victorleandro@id.uff.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6446-1840>

Fundação de Amparo a pesquisa do
Espírito Santo, FAPES

Resumo

O presente artigo analisou as reformas educacionais implementadas pelo fascismo italiano e examina sua trajetória de 1922 e 1943 tendo em vista seu papel na construção de uma ordem social autoritária-totalitária necessária a manutenção da ordem social capitalista no início do século XX. Dialogando com a produção específica de E. Gentile (1988), J. S. B. Horta (2008; 2009), C. S. da Rosa (2008) e D. R. Silva (2016) para, posteriormente, proceder à reconstrução viabilizada pelas fontes legais da educação italiana, organizadas e sintetizadas por M. Bellucci e M. Ciliberto (1978), E. Bertonelli, G. Chiosso e G. Tognon (2003). Essas bases informam que a Reforma Gentile (1922-1924) não superou as mazelas do sistema escolar italiano resultado da reforma educacional (*Gabrio Casati*) do século XIX e estabeleceu maior centralização burocrática, aumentou a seletividade no acesso e no trajeto escolar (*politici dei esame*), além de reiterar a dualidade formação clássica-formação profissional. Após a crise do assassinato do Deputado Mateotti em 1924, o fascismo ingressa numa fase totalitária e perde seu ministro Giovanni Gentile e o regime dá início às mudanças (*politici dei ritoqui*) da primeira reforma fascista. Sucessivos ministros ajustam e ampliam o caráter autoritário da política educacional, institucionalizando a militarização da juventude e aumentando o controle ideológico dos conteúdos de ensino e da representação dos professores. Contra tudo isso, Gramsci vai propor uma escola unitária e emancipadora, capaz de formar entre os subalternos intelectuais orgânicos à construção de uma hegemonia nacional-popular.

Palavras-chave: Fascismo italiano. Reformas educacionais. Antonio Gramsci.

Recebido em: 05/02/2026

Aprovado em: 04/03/2026



 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2026.e110720>

<http://www.perspectiva.ufsc.br>

Abstract**Fascist reforms in Italian education (from Gentile to Bottai) and the critique of Antonio Gramsci**

This article analyzes the educational reforms implemented by Italian fascism and examines their trajectory between 1922 and 1943, considering their role in constructing an authoritarian-totalitarian social order necessary for maintaining the capitalist social order at the beginning of the 20th century. Engaging with the specific works of E. Gentile (1988), J. S. B. Horta (2008; 2009), C. S. da Rosa (2008) and D. R. Silva (2016) to, subsequently, proceed with the reconstruction made possible by the legal sources of Italian education, organized and synthesized by M. Bellucci and M. Ciliberto (1978), E. Bertonelli, G. Chiosso and G. Tognon (2003). These sources indicate that the Gentile Reform (1922-1924) did not overcome the shortcomings of the Italian school system resulting from the 19th-century educational reform (Gabrio Casati) and established greater bureaucratic centralization, increased selectivity in access and educational pathways (*politici dei esame*), and reiterated the duality between classical and vocational training. Following the crisis of the assassination of Deputy Matteotti in 1924, fascism entered a totalitarian phase and lost its minister Giovanni Gentile, and the regime initiated the changes (*politici dei ritoqui*) of the first fascist reform. Successive ministers adjusted and expanded the authoritarian character of educational policy, institutionalizing the militarization of youth and increasing ideological control over teaching content and teacher representation. Against all this, Gramsci proposed a unified and emancipatory school, capable of forming organic intellectuals among the subaltern classes to build a national-popular hegemony.

Keywords:

Italian fascism.
Educational
reforms. Antonio
Gramsci.

Resumen**Las reformas fascistas en la educación italiana (desde Gentile a Bottai) y la crítica de Antonio Gramsci**

Este artículo analiza las reformas educativas implementadas por el fascismo italiano y examina su trayectoria entre 1922 y 1943, considerando su papel en la construcción de un orden social autoritario-totalitario necesario para mantener el orden social capitalista a principios del siglo XX. A partir de las obras específicas de E. Gentile (1988), J. S. B. Horta (2008; 2009), C. S. da Rosa (2008) y D. R. Silva (2016) para luego proceder a la reconstrucción posibilitada por las fuentes jurídicas de la educación italiana, organizadas y sintetizadas por M. Bellucci y M. Ciliberto (1978), E. Bertonelli, G. Chiosso y G. Tognon (2003). Estas fuentes indican que la Reforma Gentile (1922-1924) no superó las deficiencias del sistema escolar italiano resultantes de la reforma educativa del siglo XIX (Gabrio Casati) y estableció una mayor centralización burocrática, aumentó la selectividad en el acceso y las trayectorias educativas (*politici dei esame*) y reiteró la dualidad entre la formación clásica y la vocacional. Tras la crisis del asesinato del diputado Matteotti en 1924, el fascismo entró en una fase totalitaria y perdió a su ministro Giovanni Gentile. El régimen inició los cambios (*politici dei ritoqui*) de la primera reforma fascista. Los sucesivos ministros ajustaron y ampliaron el carácter autoritario de la política educativa, institucionalizando la militarización de la juventud y aumentando el control ideológico sobre el contenido de la enseñanza y la representación del profesorado. Frente a todo esto, Gramsci propuso una escuela unificada y emancipadora, capaz de formar intelectuales orgánicos entre las clases subalternas para construir una hegemonía nacional-popular.

Palabras clave:

Fascismo italiano.
Reformas
educativas.
Antonio Gramsci.

Introdução

No contexto das atuais reformas educacionais brasileiras, torna-se fundamental compreender os processos de transformação da educação como expressão das crises de hegemonia vinculadas aos modos de produção. Este artigo integra uma pesquisa dedicada à crítica gramsciana ao fascismo no campo educacional. O objetivo aqui foi o de descrever e analisar as reformas fascistas da educação italiana a partir das quais se construiu o pensamento pedagógico e político do comunista sardo. Iniciou-se recorrendo à produção específica de Gentile (1988), Horta (2008; 2009), Rosa (2008) e Silva (2016) para, posteriormente, proceder à reconstrução viabilizada pelas fontes legais da educação italiana, organizadas e sintetizadas por Bellucci e Ciliberto (1978), Bertonelli, Chiosso e Tognon (2003).

Conforme Brooke (1999), reformas educacionais refletem projetos societários que buscam articular iniciativas nacionais ao desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial, redefinindo posições econômicas, culturais e ideológicas dos países. Assim, a reconstrução histórica das reformas promovidas pelo fascismo italiano permite compreender, com maior profundidade, dinâmicas estruturais que atravessam a educação e o capital na contemporaneidade. As semelhanças entre o capitalismo tardio e o autoritarismo das classes dominantes no Brasil e na Itália reforçam a relevância dessa análise para a crítica das contrarreformas educacionais brasileiras.

Nas primeiras décadas do século XX, a Itália enfrentou profundas crises políticas, econômicas e sociais, que evidenciaram a fragilidade de sua unificação nacional. A formação de um Estado monárquico-parlamentar, marcado por uma laicização incompleta e por elites pouco comprometidas com a modernização, não garantiu ao país autonomia cultural, econômica ou política no cenário europeu. A participação na Primeira Guerra Mundial agravou esse quadro: a condução errática do conflito gerou perdas humanas, territoriais e financeiras, aprofundando o descrédito nas instituições liberais e acentuando a crise de autoridade.

As classes dominantes italianas vinculadas ao latifúndio e que possuíam valores conservadores foram, segundo Gramsci, incapazes de liderar um projeto nacional e independente de desenvolvimento. No contexto do movimento mais geral de libertação dos subalternos, reagiram muito negativamente às pressões sociais dos trabalhadores engrossadas pelo impacto da Revolução Russa. Com temor e ressentimento, em vez de promover reformas que incorporassem as demandas dos trabalhadores, como ocorreu em outros países europeus, optaram por uma saída autoritária. Constituíram grupos paramilitares para reprimir de forma violenta sindicalistas, intelectuais e movimentos populares. Depois da primeira guerra mundial apoiaram grupos formados por ex-combatentes, sobretudo os organizados como *fasci di combattimento* que passaram a atuar

sistematicamente como força de repressão contra os socialistas, anarquistas e comunistas, abrindo caminho para a ascensão do fascismo como partido e regime.

Entre 1918 e 1922, apesar de sua reduzida representação parlamentar, o fascismo ganhou força nas ruas, explorando o vazio político deixado por governos frágeis e pela convivência da monarquia. A instabilidade dos gabinetes Giolitti e Bonomi, somada ao medo das elites diante da mobilização operária e camponesa, favoreceu a expansão do movimento. A Marcha sobre Roma, em outubro de 1922, embora militarmente limitada, teve grande impacto simbólico e político. Sem resistência efetiva do Estado, a mobilização foi aceita pelo rei, que substituiu o primeiro-ministro e nomeou Benito Mussolini para chefiar o governo.

Segundo Milza e Berstein (1980, apud Horta, 2009), poucas semanas após a Marcha, o parlamento concedeu a Mussolini plenos poderes por um ano, tornando-o “o ditador legal da Itália”. A medida, apresentada como necessária para “normalizar” o país, consolidou a presença fascista no Estado e permitiu ao regime iniciar um processo sistemático de centralização, repressão e reestruturação institucional.

Nosso objetivo nessa pesquisa foi o de analisar as reformas educacionais implementadas pelo fascismo italiano e examinar sua trajetória de 1922 a 1943 tendo em vista seu papel na construção de uma ordem social autoritária-totalitária necessária à manutenção da ordem social capitalista no início do século XX tendo em vista a concepção educativa de Antônio Gramsci e sua crítica ao fascismo e ao seu projeto educacional e de Hegemonia.

Nossa metodologia nesse estudo se estruturou na análise bibliográfica da produção sobre a educação italiana publicada em língua portuguesa e na análise documental das fontes legais da educação italiana, tendo em vista a crítica de Antônio Gramsci. No desenvolvimento desse texto abordamos o Projeto Educacional Fascista. A ascensão do fascismo ao poder na Itália exigiu a consolidação de um projeto político duradouro, sustentado pela restrição progressiva da participação democrática e pelo controle ideológico da sociedade. Nesse processo, a educação assumiu papel estratégico. Como observa Horta (2009), inicialmente não havia um plano educacional claramente definido; contudo, Mussolini buscava o apoio de intelectuais influentes, enquanto os idealistas viam no novo regime a oportunidade de implementar suas concepções pedagógicas. Essa convergência se materializou com a nomeação de Giovanni Gentile para o Ministério da Instrução Pública, em outubro de 1922. Considerado um dos principais expoentes da cultura italiana, Gentile contou com a colaboração de discípulos como Lombardo-Radice, responsável pela reforma do ensino primário.

A educação tornou-se, então, instrumento central para a difusão da ideologia fascista e para a manutenção do poder. Reformas foram implementadas em todos os níveis escolares, impregnando o cotidiano escolar de militarismo, religiosidade e disciplina rígida, o que transformou a escola em espaço de discriminação social e opressão intelectual (Silva, 2016). Rosa (2008) destaca que essas

reformas envolveram desde intelectuais idealistas¹ até militantes squadristas, passando por dirigentes pragmáticos. Entre 1923 e 1943, o Ministério da Educação italiano foi ocupado, sucessivamente, por Giovanni Gentile (1875-1944), Alessandro Casati (1881-1955), Pietro Fedele (1873-1943), Giuseppe Belluzo (1876-1952), Baldino Giuliano (1879-1958), Francesco Ercole (1884-1945), Cesare Maria De Vecchi (1884-1959) e Giuseppe Bottai (1895-1959), cada qual contribuindo para aprofundar o processo de fascistização.

A legitimação do regime exigia a penetração da ideologia fascista em toda a vida cultural italiana. A revista *L'Educazione fascista*, analisada por Silva (2016), defendia uma educação moral, física, social e militar, orientada à formação do homem harmonicamente completo. Esse ideal seria alcançado por meio de um programa coerente e difundido em toda a sociedade (Santarelli, 1967 apud Silva, 2016, p. 61).

Segundo Saverio Pagano (2024), em

La politica culturale del regime attraverso la rivista 'Educazione fascista': "L'Italia fascista era uno Stato totalitario, in cui rivestivano fondamentale importanza l'uso della propaganda e il controllo della formazione delle nuove generazioni. Per questo motivo, la pedagogia del regime si basò su una concezione organica e totalizzante dell'educazione, che vedeva l'individuo come parte di un tutto più grande, nell'ottica di formare una nuova umanità in grado di realizzare l'ideale fascista"².

A Reforma Gentile (1922 – 1923) reorganizou profundamente a administração escolar, o ensino médio, a universidade e a instrução elementar. Mais do que alterar métodos pedagógicos, buscou inserir a mentalidade fascista no cotidiano escolar (Silva, 2016). Contudo, Rosa (2008) ressalta que muitas características da política educacional, como a precariedade da oferta escolar, especialmente nas regiões rurais e entre as classes populares, já estavam presentes antes do fascismo. A Itália do início do século XX apresentava um sistema educacional seletivo, incompleto e marcado por fortes desigualdades. A oferta privada e católica coexistia com uma rede estatal insuficiente, e grande parte das crianças, sobretudo das camadas subalternas, frequentava escolas em condições precárias.

Bonetta (1997 apud Silva, 2016) relata o profundo abismo entre a educação destinada aos ricos e aquela oferecida aos pobres. A Lei Coppino (1877)³, que estabelecia a obrigatoriedade escolar,

¹ O idealismo coloca as ideias e a consciência como primordiais em relação à realidade objetiva. No fascismo, um grupo de intelectuais originados nas elites italianas foram coniventes com a repressão à luta de classes e deram base filosófica à ideologia fascista, sobretudo na educação.

² A Itália fascista era um estado totalitário, onde o uso da propaganda e o controle da educação das novas gerações eram de fundamental importância. Por essa razão, a pedagogia do regime baseava-se numa concepção orgânica e abrangente de educação, que via o indivíduo como parte de um todo maior, com o objetivo de formar uma nova humanidade capaz de realizar o ideal fascista.

³ Promulgada em 15/07/1877, introduzida pelo ministro Michele Coppino, revisou e reforçou a anterior Lei Casati (1859) tornando o ensino elementar efetivamente obrigatório e gratuito. Aumentou a duração da educação fundamental para 3 anos e definiu a frequência obrigatória para crianças dos 6 aos 9 anos de idade. Tornou o ensino religioso opcional.

segundo Gramsci (2007), era amplamente descumprida, sobretudo no Sul. Segundo Silva (2016), a oferta escolar era precária e insuficiente nas regiões agrícolas, com pouco envolvimento do poder local na construção e manutenção das escolas e no pagamento dos professores. Assim, foi instituída a Lei Daneo-Credaro (1911)⁴, que transferiu ao Estado a responsabilidade pelo pagamento dos professores primários, o que representou um avanço, ainda que limitado, diante da persistente desigualdade educacional.

Horta (2008) destaca que os problemas da educação italiana não se limitavam ao acesso ou à remuneração docente, mas também envolviam a organização curricular. O ensino elementar era dividido em três graus: o preparatório, equivalente ao nível maternal; o inferior, com três anos de duração; e o superior, com dois anos. A partir da quinta classe, as turmas assumiam caráter profissionalizante, reforçando a segmentação precoce dos percursos escolares.

O ensino médio possuía estrutura ainda mais complexa, organizada horizontalmente em três modalidades (clássica, técnica e normal) e verticalmente em dois graus. A instrução clássica, voltada à formação das elites e ao acesso à universidade, compreendia o ginásio (cinco anos) e o liceu (três anos). A instrução técnica destinava-se à formação profissional, com cursos inferior e superior de quatro anos cada. Já a instrução normal, responsável pela formação de professores primários, também se dividia em dois níveis: o curso inferior (quatro anos) e o superior (três anos) do Instituto Magistrale (Horta, 2008).

A escola básica italiana estruturava-se em dois níveis: elementar e média. O nível elementar, com cinco anos de duração, atendia crianças de seis a onze anos. Após essa etapa, os estudantes podiam ingressar no ensino médio, que oferecia diferentes trajetórias conforme a origem social e as expectativas familiares. Segundo Rosa (2008), o egresso do ensino primário podia seguir para o ginásio ou para o liceu, enquanto o acesso ao ensino universitário era direto apenas para aqueles oriundos da formação clássico-humanística, sendo os demais submetidos a exames específicos.

No final do século XIX, o analfabetismo na Itália apresentava índices extremamente elevados. Conforme Bertonelli e Rodano (2003), o censo registrava uma taxa média de 78% em 1861 e de 69% em 1871, revelando profundas desigualdades regionais: enquanto Piemonte e Lombardia apresentavam índices de 42% e 45%, respectivamente, regiões do Sul, como Calábria (87%) e Sicília

Introduziu no currículo noções de direitos e deveres dos seres humanos e dos cidadãos. Estabeleceu sanções (multas) aos pais que não matriculassem os filhos (https://it.wikipedia.org/wiki/Legge_Coppino - Acesso 04-03-2026).

⁴ A Lei Daneo-Credaro (Lei nº 487, de 4 de junho de 1911), promulgada por Giovanni Giolitti (ministros da Instrução Pública Edoardo Daneo e Luigi Credaro). Visto que os municípios (especialmente os pobres) não conseguiam manter as escolas, a gestão das escolas elementares foi transferida para o Estado, que assumiu a responsabilidade financeira pelo pagamento dos salários dos professores primários. A lei institucionalizou os "patronatos escolares" (patronati scolastici) em cada município para fornecer vestuário, livros e auxílio a crianças necessitadas, de modo a garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória. (https://piccolescuole.indire.it/timeline_slider_post/1911-riforma-del-4-giugno-1911/#:~:text=Presentata%20una%20prima%20volta%20nel,economicamente%20e%20socialmente%20pi%C3%B9%20deboli - Acesso 04-03-2026.)

(85%), mantinham níveis muito superiores. Esses dados evidenciam a fragilidade estrutural do sistema educacional italiano no período pós-unificação.

A Reforma Gentile

A política educacional fascista promoveu uma profunda redefinição da estrutura escolar italiana, reorganizando o percurso formativo dos estudantes em todos os níveis de ensino. Conforme Rosa (2008), a primeira grande intervenção do regime ocorreu em 1923, com a apresentação ao Conselho de Ministros da Reforma Gentile, cujo propósito era revisar a legislação de 1909 e reordenar o sistema educacional de acordo com os princípios do novo Estado. Essa reforma foi implementada por meio de uma série de decretos e de circulares do ministério da educação fascista. Conforme podemos observar no quadro da legislação fascista da educação, sistematizado a partir de Horta (2008), várias foram as normas (decretos, ordens e circulares ministeriais) que institucionalizaram a reforma Gentile. A legislação que vai de 31/12/1922 a 16/07/1923 reorganiza, à maneira fascista, a administração escolar. Destacam-se o decreto de 06/05/1923, que reformulou a escola média; o decreto de 30/09/1923, que atingiu as universidades; e o decreto de 31/10/1923, que redefiniu a instrução elementar.

Legislação da Reforma Gentile		
Tipo	Data e Número	Referência
Régio Decreto	21 dicembre 1922 - nº 1649	* nº 1, 1923, p. 5
Régio Decreto	31 dicembre 1922 - nº 1679	* nº 2, 1923, p. 73
Régio Decreto	6 maggio 1923 - nº 1054	** nº 129, 1923
Circolare	23 maggio 1923.	In Gentile, 1932, p. 109-114
Régio Decreto	16 luglio 1923 - nº 1753	* nº 36, 1923, p. 2813
Régio Decreto	30 settembre 1923 - n. 2102	* n. 44, 1923, p. 3782
Régio Decreto	1 ottobre 1923 - nº 2185	* nº 47, 1923, p. 4061-4068
Régio Decreto	14 ottobre, 1923 - n. 2345	* n. 50, 1923
Ordinanza Ministeriale	11 novembre 1923	* nº 52, 1923, p. 4590-4624
Circolare	11 dicembre 1923 - nº 117	* nº 59, 1923, p. 5290
Régio Decreto	30 dicembre 1923 - nº 2960	* n. 5, 1924, p. 173
Régio Decreto	31 dicembre 1923 - nº 2976	* nº 5, 1924, p. 239. 15
Régio Decreto	30 aprile 1924 - n. 965	* n. 28, 1924, p. 1530

Fonte Horta (2008). *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione⁵ - ** Gazzetta Ufficiale⁶.

A reforma do ensino elementar, conduzida por Giuseppe Lombardo - Radice, refletia a concepção gentiliana, marcada por conservadorismo e autoritarismo. Silva (2016) destaca que Gentile atribuía à escola elementar um caráter universal, porém inferior, concebendo-a como etapa cultural rapidamente superada pelas elites e terminal para o povo. Assim, consolidava-se uma estrutura

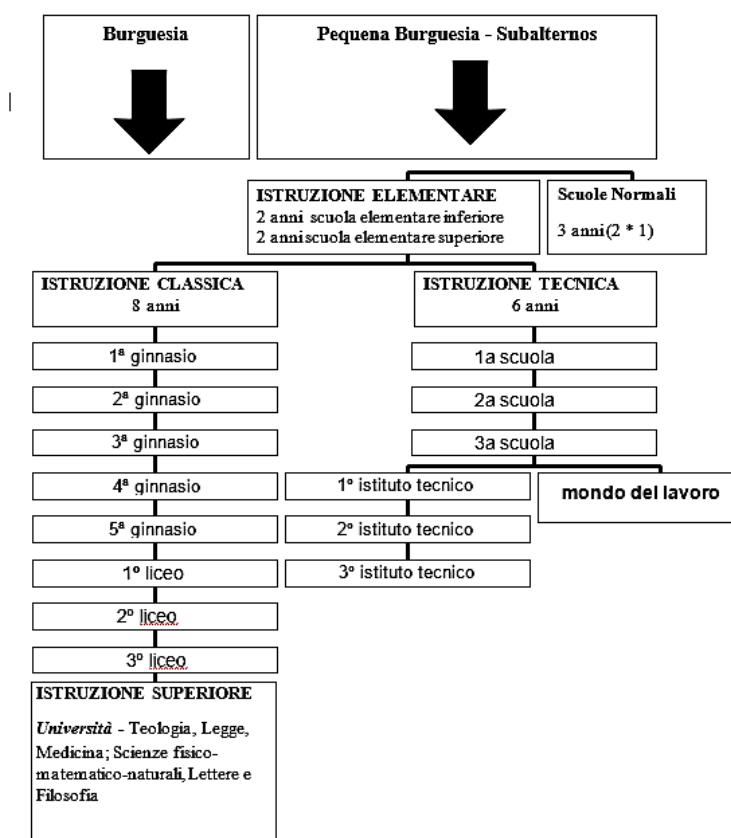
⁵ Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Bollettino_ufficiale_del_Ministero_dell.html?id=iDCD6bxzf6wC&redir_esc=y. Acesso em: 24 jan. 2026.

⁶ Gazzetta Ufficiale. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

educacional que naturalizava a desigualdade: enquanto as elites avançavam para níveis superiores, a maioria da população permanecia confinada a uma formação básica limitada. Jovine (1980 apud Silva, 2016) observa que a reforma não corrigiu as injustiças históricas da escolarização italiana, mas aprofundou as desigualdades de classe, mantendo a escola elementar como primeiro degrau para poucos e como destino para muitos.

No campo da educação técnica, a Reforma Gentile promoveu uma reestruturação significativa. Segundo Rosa (2008), a antiga Escola Técnica foi substituída por duas novas instituições: a *Scuole Complementari per l'Avviamento al Lavoro* (escola complementar para colocação profissional), voltada à preparação imediata para o trabalho; e o *Istituto Tecnico Professionale* (Instituto Técnico Profissional), destinado à formação técnica superior. As escolas técnicas passaram a ter quatro classes e foram incorporadas aos institutos técnicos, formando um percurso de oito anos. A escola técnica trienal foi substituída pela escola complementar, composta por três anos de instrução pós-elementar obrigatória até os 14 anos.

Figura 1 – *Schema della legge Casati* (percurso escolar da escola elementar à universidade)



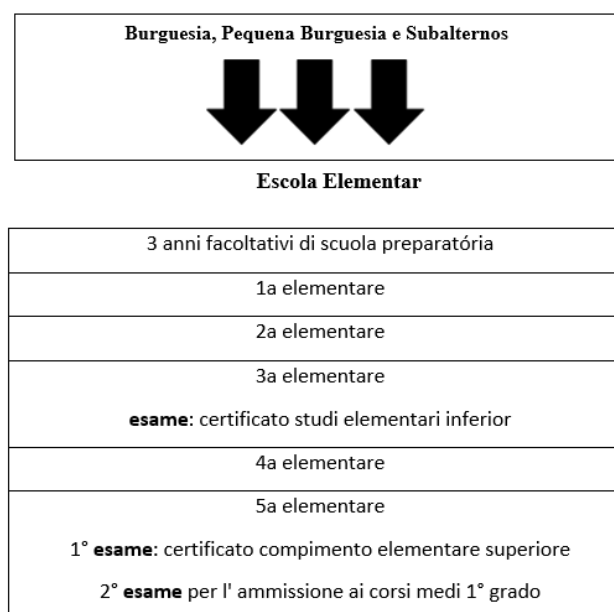
Fonte: Elaborado pelos autores (2026) com base em “*Le riforme nella scuola italiana dal 1859 al 2003*” (a cura di Elena Bertonelli e Giaime Rodano con la consulenza, di G. Chiosso e G. Tognon, settembre, 2003, p. 17).

Silva (2016) explica que a escola complementar se destinava à formação para empregos considerados “menores”, funcionando como instituição semitécnica, de caráter terminal. Seu

currículo privilegiava disciplinas práticas, como taquigrafia e datilografia, além de cursos profissionalizantes específicos, frequentemente oferecidos por instituições privadas. Embora equivalente ao ginásio em duração, a escola complementar não permitia continuidade de estudos, reforçando a segmentação social. O ginásio, em contraste, visava à formação intelectual e moral ampla, preparando estudantes para funções políticas e para o ensino superior.

Horta (2008) acrescenta que a *Scuola Complementare per l'Avviamento al Lavoro* tinha como objetivo preparar o aluno para “reconhecer seu valor e seu lugar” na sociedade, orientando-o para uma vida modesta e disciplinada. Já o ginásio supostamente buscava desenvolver no estudante um “profundo sentimento de liberdade e dever humano”, além de uma consciência mais elaborada de sua personalidade, mas evidenciava a hierarquização entre percursos destinados às elites e aos trabalhadores.

Figura 2 - *Schema della riforma Gentile para a escola elementar*



Fonte: Elaborado pelos autores (2026) com base em “*Le riforme nella scuola italiana dal 1859 al 2003*” (a cura di Elena Bertonelli e Giaime Rodano con la consulenza, di G. Chiosso e G. Tognon, settembre, 2003, p. 55).⁷

A Reforma de 1923 também introduziu princípios vocacionais e formativos no ensino médio, valorizando atitudes técnicas e morais. A pedagogia do trabalho inspirada na escola ativa distinguia entre escola do trabalho e escola profissional, mas reforçava o trabalho como instrumento moral e social. Nas escolas complementares, porém, o currículo era limitado, sem disciplinas clássicas como

⁷ Nessas representações gráficas inserimos elementos do caderno do Cárcere 12 (Q12), de Gramsci (2007, tradução de 2024), no qual o filósofo italiano indica como as classes sociais acessavam a trajetória escolar, diferenciando-se no início com breve terminalidade e destino precoce ao trabalho dos grupos subalternos e no final chegando aos níveis mais elevados para os grupos dominantes.

o latim e sem compromisso com a qualidade, representando um retrocesso na democratização da educação, inclusive da educação técnica (Silva, 2016). Além disso, reforçava a separação entre burguesia e proletariado, distinguindo trabalhadores manuais de trabalhadores técnicos e evitando que a classe operária se aproximasse da pequena burguesia.

Por fim, a política educacional fascista manteve a baixa cobertura escolar, apoiando-se na concepção gentiliana de que maior seletividade e menor acesso eram mecanismos legítimos de controle social. A exclusão, portanto, não era um problema a ser enfrentado, mas parte constitutiva do projeto educacional do regime.

Um dos pilares da Reforma Gentile foi a defesa de uma meritocracia autoritária, baseada na ideia de que o sistema escolar italiano era numeroso, porém ineficiente. A solução proposta pelo regime consistia em ampliar a seletividade e o controle estatal sobre as instituições e seus *provveditori* (Administradores Distritais de uma ou mais escolas), acreditando que a rigidez administrativa fortaleceria tanto a educação quanto a nação. Neste contexto, segundo Rosa (2008), foram instituídos os Exames de Estado, aplicados ao final de cada ciclo escolar e administrados diretamente pelo governo. Conhecidos como Exames de Maturidade, esses instrumentos criavam barreiras sucessivas à progressão escolar: a reprovação em uma única disciplina implicava a repetição de todo o ano, retardando o acesso à universidade e estimulando práticas de memorização mecânica, sobretudo no último ano da escola.

Ostenc (1980 apud Horta, 2009) observa que a pequena burguesia alinhada ao fascismo demonstrava desconforto com o caráter altamente seletivo da escola gentiliana. Os nacionalistas, por sua vez, defendiam a escola como “(...) a arma mais eficaz do Estado italiano para garantir a unidade espiritual da Nação”, ao mesmo tempo em que criticavam a redução das escolas públicas, especialmente no nível elementar. Outros setores consideravam a “liberdade escolar” defendida pelos idealistas, incompatível com o modelo autoritário de Estado fascista.

A reorganização curricular e a profissionalização no pós-elementar, entretanto, não obtiveram aceitação social. Borghi (1974 apud Horta, 2009) e Ambrosoli (1980 apud Horta, 2009) destacam que as famílias italianas rejeitaram amplamente a escola complementar, recusando-se a matricular seus filhos nessa modalidade considerada inferior. Em meio às tensões provocadas pela Reforma do Ensino Superior, Mussolini ordenou, em dezembro de 1923, a repressão aos protestos universitários e reafirmou seu apoio à Reforma Gentile, classificando-a como “a mais fascista das reformas”.

Com o avanço do autoritarismo, a gestão educacional tornou-se cada vez mais centralizada e repressiva. Associações de professores passaram a ser alvo de perseguições e Gentile enviou circulares restringindo a liberdade de crítica dos docentes e dos *provveditori* (Regio Decreto de 11 de março de 1923). Em abril do mesmo ano, outra circular, a de número 35 de 1923 proibiu a atuação de representantes de classe, sob o argumento de que não possuíam legitimidade para falar em nome

dos professores italianos. Medidas adicionais foram tomadas contra a *Unione Magistrale* (união de professores), estabelecendo punições severas para qualquer ação que pudesse gerar desconfiança, indisciplina ou perturbação no funcionamento das instituições escolares.

Segundo Horta (2009), quando o fascismo chegou ao poder, três grandes associações representavam os professores italianos: a *Unione Magistrale*, de orientação maçônica; o *Sindacato Magistrale* (sindicato de professores), ligado ao socialismo; e a *Associazione Niccolò Tommaseo*, vinculada ao grupo católico. Em 1923, os fascistas criaram a *Corporazione della Scuola* (corporação da escola), que se somou às demais. A *Unione Magistrale* foi afastada do Ministério da Instrução Pública devido às críticas à aposentadoria compulsória de docentes veteranos; o *Sindacato Magistrale* foi praticamente impedido de atuar; a *Niccolò Tommaseo* obteve avanços no ensino religioso e na valorização da escola privada; e a *Corporazione della Scuola* teve atuação limitada, dependente da influência isolada de alguns membros.

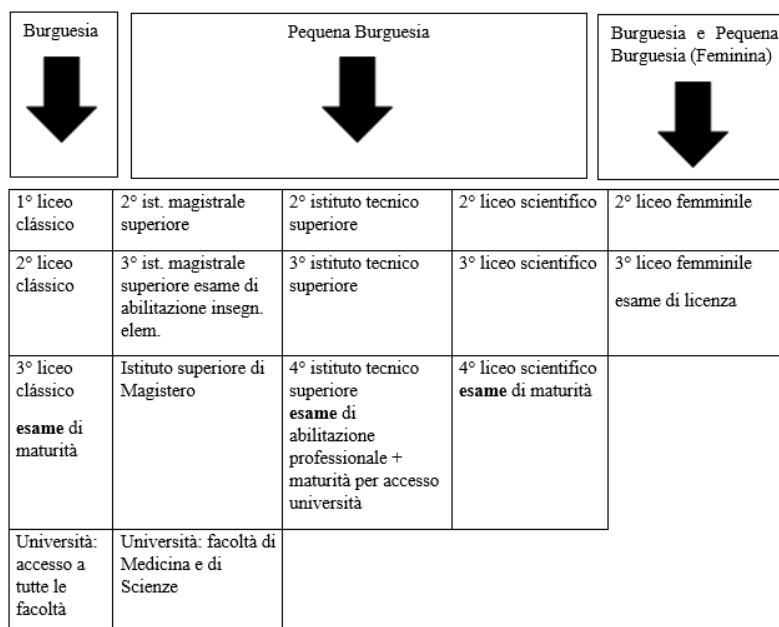
Figura 3 - *Schema della riforma Gentile* para a escola média e superior (Ginásio - Escola Média Inferior e Profissional Inferior

Burguesia	Pequena Burguesia				Subalternos	
						
1° ginnasio inferiore	1° ist. magistrale inferiore	1° istituto tecnico inferiore	senza grado inferiore	senza grado inferiore	1° scuola complementare	1° avviamento professionale
2° ginnasio inferiore	2° ist. magistrale inferiore	2° istituto tecnico inferiore			2° scuola complementare	2° avviamento professionale
3° ginnasio inferior esame di ammissione	3° ist. magistrale inferiore	3° istituto tecnico inferiore			3° scuola complementare esame di licenza	3° avviamento professionale certificazione adempimento obbligo e speciale idoneità al lavoro
4° ginnasio superiore	4° ist. magistrale inferiore esame di ammissione al corso superiore	4° istituto tecnico inferiore esame di ammissione al corso superiore	esame di ammissione con ammissione a media 1° grado ottenuta almeno 4 anni prima	esame di ammissione con ammissione a media 1° grado ottenuta almeno 4 anni prima		
5° ginnasio superiore	1° ist. magistrale superiore	1° istituto tecnico superiore agrimensura, commercio e ragioneria	1° liceo scientifico	1° liceo femminile		

Fonte: Elaborado pelos autores (2026) com base na “*Le riforme nella scuola italiana dal 1859 al 2003*” (a cura di Elena Bertoni e Giaime Rodano con la consulenza, di G. Chiosso e G. Tognon, settembre 2003 p. 55).

As medidas da Reforma Gentile foram mal-recebidas pelos estudantes, que rejeitaram o rigor imposto e a obrigatoriedade do Exame de Estado para o exercício profissional. A insatisfação resultou em greves e protestos em várias universidades.

Figura 4 - *Schema della riforma Gentile* para a escola média e superior (Ginásio - Escola Média Inferior e Profissional Inferior/ Liceu (Escola Média Superior e Profissional Superior)



Fonte: Elaborado pelos autores (2026) com base na “*Le riforme nella scuola italiana dal 1859 al 2003*” (a cura di Elena Bertonelli e Giaime Rodano con la consulenza, di G. Chiosso e G. Tognon, settembre, 2003, p. 55).⁸

As reformas pós-Gentile

Segundo Horta (2009), a demissão de Gentile, em meio à crise desencadeada pelo assassinato de Matteotti, abriu espaço para uma série de ajustes em sua reforma educacional. Num primeiro momento, tais mudanças buscavam atender às demandas dos setores liberais tradicionais; posteriormente, passaram a favorecer o processo de fascistização da escola, intensificado após o endurecimento do regime em janeiro de 1925.

Esse movimento, articulado à fascistização das associações de professores, resultou na bonifica fascista da escola em 1935, nas leis raciais de 1938 e, finalmente, na promulgação da *Carta della Scuola* em 1939. Paralelamente, consolidou-se um amplo projeto de fascistização da juventude, iniciado com a criação da *Opera Nazionale Balilla* em 1926 e reforçado com sua transformação na *Gioventù Italiana del Littorio* em 1937. A escola e a juventude foram acompanhadas por iniciativas

⁸ Idem

de fascistização da cultura, que começaram com o “Manifesto dos Intelectuais Fascistas” (1925) e culminaram na criação do *Istituto Nazionale di Cultura Fascista* em 1937.

Além das barreiras socioeconômicas e culturais impostas aos percursos escolares masculinos, a educação feminina também reforçava processos de segregação antes e durante o fascismo. Destacavam-se as escolas profissionais femininas, o liceu feminino e medidas moralizantes de caráter higiênico e sanitário, voltadas à manutenção da desigualdade de gênero.

Ricuperati (1975 *apud* Horta, 2008) observa que a Reforma Gentile criou o Liceu Feminino de três anos, destinado a jovens que não deveriam trabalhar nem aspirar ao ensino superior. Esses cursos funcionavam como complementação cultural, ensinando modos de comportamento associados à “fineza espiritual” e à “moralidade” (Silva, 2016). À medida que as reformas fascistas antecipavam a profissionalização, também impactavam as mulheres, reforçando sua posição subordinada na estrutura social. Segundo Rosa (2008):

(...) foi criada a *Scuola Professionale Femminile*, com duração de três anos, cursada somente por mulheres. Seus conteúdos eram ‘próprios’ do sexo feminino. Nele as jovens aprenderiam a ser donas de casa, atividade considerada natural da mulher; e aprenderiam profissões condizentes com a condição feminina, como, por exemplo, a datilografia. Dessa escola, seguindo um caminho profissionalizante, elas poderiam passar à *Scuola Magistero Professionale per la Donna*, com duração de dois anos, que as preparava, de forma teórica e prática, para ensinarem economia doméstica ou trabalhos femininos nas escolas profissionais para mulheres. Nas aulas práticas, as meninas limpavam a casa e passavam a roupa, costuravam roupas íntimas e roupas de nenéns; remendavam roupas brancas, faziam tricô e crochê (Rosa, 2008, p. 158-159).

O aprofundamento das reformas fascistas, ao antecipar a profissionalização escolar, também impactou diretamente as mulheres. Conforme Rosa (2008), a política educacional do regime buscava enquadrá-las em funções sociais específicas, reforçando papéis tradicionais de gênero. A profissionalização precoce não visava à emancipação feminina, mas à preparação para ocupações secundárias e de baixo prestígio, vinculadas ao trabalho doméstico, ao cuidado e a atividades assistenciais. Assim, embora ampliasse a oferta de cursos destinados às mulheres, o fascismo restringia sua formação a conteúdos considerados úteis ao Estado e à família, consolidando a educação feminina como instrumento de segregação social e manutenção da hierarquia de gênero. O acesso pleno à cultura e ao ensino superior permanecia reservado às elites masculinas.

Rosa (2008) destaca ainda que o contexto de disseminação de doenças como tuberculose e sífilis levou à incorporação de conteúdos de higiene e cuidados corporais na formação das mulheres, associados à educação sexual. Para o regime, essa educação era estratégica, pois o aumento da natalidade era visto como meio de ampliar a força de trabalho e fortalecer a nação. No ideário fascista,

a mulher deveria ser sobretudo mãe: protetora, reprodutora e responsável pela vitalidade da “potência nacional”.

No início da década de 1930, com o avanço das ambições imperialistas, a higiene passou a ser concebida como instrumento de preparação das “legiões sãs e fortes”, necessárias à segurança e prosperidade da Pátria (Rosa, 2008). Em 1925, um ano após a saída de Gentile, sua reforma começou a ser revisada. Segundo Rosa (2008), essas revisões inicialmente buscavam atender às demandas liberais, mas gradualmente abriram caminho para a fascistização da escola, intensificada com o endurecimento do regime a partir daquele ano.

(...) entre 1926 e 1929, os ministros da educação iniciaram ‘a reforma da reforma’, alterando as medidas mais polêmicas impostas por Gentile. Alessandro Casati foi o primeiro a ocupar o cargo de Ministro da Pública Instrução, ficando no posto por seis meses. Pietro Fedele, o sucessor de Casati, foi quem deu início aos chamados “retoques” da reforma. Os Exames de Estado foram um dos principais alvos da ação reformadora do ministro Fedele. Assim, até 1928, os alunos do ensino médio que não fossem aprovados nos exames, realizados em julho, de uma ou duas matérias, das dez existentes, deveriam repetir o ano. Com isso, perdiam a chance de avançar no grau escolar. Fedele aboliu este sistema, e autorizou repetição dos exames em setembro sem o comprometimento do ano escolar (Rosa, 2008, p. 136-137).

As reformas educacionais do período fascista colocavam em disputa dois projetos ideológicos distintos. De um lado, Giovanni Gentile defendia uma concepção burguesa e seletiva de escola; de outro, os líderes fascistas buscavam apresentar o ensino como mais acessível e massificado, afastando-o do caráter elitista atribuído ao modelo gentiliano (Rosa, 2008). Neste contexto, os ministros que sucederam a Gentile investiram na construção de novas escolas por toda a Itália, contrariando o princípio do filósofo de “poucas escolas, mas boas”. A expansão da rede escolar tornou-se um símbolo da política fascista de popularização do ensino. Em discurso à Câmara, em 1932, o ministro Baldino Giuliano destacou o aumento expressivo das matrículas e afirmou que, no último decênio, o número de escolas havia alcançado dez mil unidades (Rosa, 2008).

Entretanto, as medidas propostas por Gentile rapidamente entraram em crise. Jovine (1980 apud Silva, 2016) e Ricuperati (1975 apud Silva, 2016) apontam que as escolas complementares que eram um dos pilares da reforma apresentaram altos índices de abandono já no primeiro ano de funcionamento. A proposta não convenceu as camadas inferiores da pequena burguesia nem o proletariado urbano, que rejeitaram a terminalidade precoce e o caráter limitado dessa formação.

Em 1928, Giuseppe Belluzzo assumiu o Ministério da Instrução Pública e transformou a antiga escola complementar na *Scuola Secondaria di Avviamento al Lavoro* (Escola Secundária de Preparação para o Trabalho), direcionando a formação técnico-profissional para a preparação de “soldados e suboficiais do exército”, concebidos como agentes produtivos do fascismo (Rosa, 2008). Em 1931, sob a gestão de Baldino Giuliano, o ensino técnico foi reorganizado em novas

segmentações, com percursos diferenciados para homens e mulheres. A *Scuola Secondaria di Avviamento Professionale* (Escola Secundária Profissional) passou a contar com três modalidades (industrial-artesanal, agrária e comercial) enquanto os institutos técnicos foram estruturados em dois níveis, inferior e superior, totalizando oito anos de formação. O ciclo inferior mantinha caráter generalista, com disciplinas como italiano, latim, história, geografia, ciências, matemática e cultura fascista; o ciclo superior aprofundava conteúdos técnicos, preservando uma base humanística.

No nível superior, o *liceo classico* (Escola Secundária Clássica) e o *liceo scientifico*, (Escola Secundária Científica) ambos com cinco anos, buscavam formar um humanismo moderno, combinando tradições clássicas e valores contemporâneos. O *Istituto Magistrale* (Instituto de Formação de Professores) preparava professores para a educação infantil, enquanto o instituto técnico comercial formava jovens para atuar na administração pública e privada. Já os institutos profissionais, de quatro anos, destinavam-se à formação prática de peritos (agrários, industriais, agrimensores e técnicos náuticos) (Horta, 2009). Para as mulheres, o *Istituto Femminile* (Instituto feminino) e o *Magistero Femminile* (Instituto de Formação de Professoras) reforçavam papéis domésticos e maternais, preparando-as “espiritualmente para o governo da casa e o ensino maternal”. Por fim, a universidade tinha como missão promover o progresso científico e formar profissionais para funções de alta responsabilidade política e moral.

Reformas Bottai

Segundo Jovine (1980 apud Horta, 2009), Giuseppe Bottai, ministro que assumiu a pasta da Instrução Pública em 1936 e permaneceu até o fim do regime, aprofundou as características autoritárias da administração escolar fascista. Sua gestão destacou-se pela ênfase no controle dos livros didáticos, incorporando neles elementos de racismo e antissemitismo, além da exigência de adesão explícita por parte dos educadores às diretrizes do regime. De acordo com Jovine (1980 apud Horta, 2009), Bottai considerava um equívoco pensar que a disputa no âmbito escolar pudesse ocorrer em condições de igualdade entre estudantes de diferentes classes sociais. O então Ministro da pasta da educação nacional italiana achava a existência de uma escola igual para todos até os 14 anos uma proposta demagógica, que estimularia ambições inadequadas e contribuiria para a formação de uma massa de desocupados insatisfeitos que, por sua vez, gerariam desordem e instabilidade na vida econômica e social do país (Jovine, 1980, p. 369 apud Horta, 2009, p. 82).

A gestão de Giuseppe Bottai no Ministério da Educação Nacional foi marcada pela elaboração da *Carta della Scuola*, documento que sistematizou normas e diretrizes para a consolidação da educação fascista. Segundo o Decreto de julho de 1940, prometia-se uma renovação radical da escola,

apoiada pela Igreja Católica, que defendia uma ideia de valorização da família e orientação humanística destinada à formação das “personalidades dirigentes”, com a manutenção do latim na escola média, e pela definição de uma educação distinta para as mulheres. A adesão dos professores ao projeto fascista era exigida e sua aplicação incidia especialmente sobre a escola média única (Horta, 2009).

Intelectuais como Luigi Volpicelli e Nazareno Padellaro, ao lado de Bottai, defendiam a profissionalização precoce e desvinculada de uma formação ampla para os grupos subalternos. Buscavam inserir o trabalho na prática escolar não apenas como valor moral e social, mas como instrumento de disciplina, responsabilidade e sociabilidade, reforçando a ideologia fascista de valorização do labor (Rosa, 2008).

A *Carta della Scuola* reorganizou o sistema educacional em três níveis. No nível elementar, incluía-se a escola materna (4–6 anos), a escola elementar (6–9 anos), a escola *del Lavoro* (9–11 anos) e a escola *Artigiana* (11–14 anos), esta última de caráter pós-elementar. No nível médio, a educação dos meninos de 11 a 14 anos dividia-se em escola média única, escola profissional e escola técnica. A escola média única integrava os cursos inferiores e durava três anos; a escola profissional preparava para o trabalho urbano; e a escola técnica, com dois anos, articulava-se à profissional, formando jovens para atividades especializadas nas indústrias, no comércio e no campo. O nível superior, destinado a estudantes de 15 a 18 anos, compreendia o Liceu clássico, o Liceu científico, o Instituto Magistral, o Instituto técnico-comercial, os institutos para peritos agrário, industrial, geométrico e náutico, além do Instituto feminino (14–16 anos), do Magistério feminino (17–18 anos) e do Instituto artístico (Rosa, 2008).

Essa estrutura permitia progressão interna sem exames, exigindo-os apenas na transição entre ordens escolares. Da escola materna passava-se à elementar; desta, à escola *del Lavoro*; e, posteriormente, à escola *Artigiana*, onde os estudos podiam ser concluídos. A escola profissional conduzia à técnica, ambas com terminalidade própria. A aprovação anual garantia o avanço para a série seguinte (Rosa, 2008).

A partir de 1933, com o ministro Cesare De Vecchi, e de 1936, com o último ministro da educação do fascismo Bottai, dois processos se intensificaram: a militarização e a racialização da educação. Mussolini afirmava que “(...) a escola não será nunca suficientemente fascista” (Goy, 1937 *apud* Horta, 2009, p. 72) e que a escola deveria ser fascista “(...) não somente na forma, mas sobretudo no espírito” (Ostenc, 1980 *apud* Horta, 2009, p. 72), o que justificava a imposição da cultura militar. Em 1934, Mussolini apresentou ao Conselho de Ministros seu projeto de preparação militar da nação, defendendo que as funções de cidadão e soldado eram inseparáveis no Estado fascista e que a

preparação militar deveria integrar a educação nacional (Horta, 2009, p. 73). A instrução militar era ministrada por membros do exército, que dedicavam uma hora semanal a conferências sobre história da guerra, organização dos exércitos, táticas e armamentos. Essa formação iniciava-se no ensino médio e estendia-se ao superior, onde os estudantes eram preparados para funções de comando (Horta, 2009).

De Vecchi assumiu poderes amplos sobre diretores e professores do ensino médio, podendo nomeá-los, transferi-los e puni-los sem possibilidade de recurso. No ensino superior, extinguiu-se a autonomia universitária: cabia ao ministro criar e suprimir cursos, reorganizar instituições, selecionar docentes e definir conteúdos fundamentais. Bottai, posteriormente, reduziu parte dessa centralização, mas impôs uma unidade didática, educativa e política (Horta, 2009).

O conteúdo das disciplinas também foi reformulado. O nacionalismo permeava todo o curso elementar, culminando no estudo dos “mártires da italianidade”, exaltando o sacrifício e o sangue derramado como fundamentos do patriotismo fascista. O decreto de 8 de novembro de 1930 determinava que o ensino de história nas escolas de preparação ao trabalho fosse narrativo e anedótico, centrado em personagens ilustres, reforçando os objetivos nacionalistas (Rosa, 2008). A escola média incluía os Liceus Científicos, destinados à formação da elite dirigente, com ênfase em disciplinas científicas e preparação para carreiras técnicas. A educação física também ganhou destaque, vista como essencial para a saúde e para a formação de corpos fortes, alinhados ao ideal fascista de vitalidade nacional (Rosa, 2008). Para Mussolini, o Estado fascista deveria penetrar “toda vontade e toda inteligência”, constituindo-se como inspiração central da personalidade humana na comunidade civil (Rosa, 2008). Bottai manteve a concepção militarista da escola, convocando-a a “elevant-se ao nível do Império”. Os programas de cultura militar foram reformulados para reforçar sua função educativa, destinada a fortalecer o espírito militar entre os jovens. O tempo dedicado ao ensino militar foi reduzido, mas sua influência ideológica se ampliou (Horta, 2009). À frente do Ministério da Educação Nacional entre 1936 e 1943, Bottai reorganizou o sistema escolar e implementou um programa educativo moralista e pedagógico. A divisa fascista tornou-se obrigatória na vestimenta dos funcionários, e, alinhado ao nazismo, Bottai impôs as leis de proteção da raça italiana a partir de 1938, consolidadas pela *Carta della Scuola* de 1939 (Rosa, 2008).

Essas reformas podem ser entendidas a partir do esquema de fluxo da trajetória dos estudantes segundo suas classes sociais.

Figura 5 - *Schema della Carta della Scuola (1939)* - (Riunione del Gran Consiglio del Fascismo, del 15 febbraio 1939-XVII) (Esboço da Carta da Escola (1939) - Reunião do Grande Conselho do Fascismo, 15 de fevereiro de 1939-XVII)⁹

Percorso Escolar da escola elementar à universidade				
Nível	Etapa Escolar e classes sociais	Idade	Duração	Objetivo Principal
Elementar	Escola Materna (Burguesia e Pequena Burguesia)	4–6 anos	2 anos	Socialização inicial e preparação básica
	Escola Elementar (Burguesia, Pequena Burguesia e Subalternos)	6–9 anos	3 anos	Alfabetização e cultura elementar
	Escola <i>del Lavoro</i> (Pequena Burguesia e Subalternos)	9–11 anos	2 anos	Introdução ao trabalho e valores morais/socialistas
	Escola Artigiana (pós-elementar) (Subalternos)	11–14 anos	3 anos	Formação prática e terminalidade para classes populares
Médio	Escola Média Única (Burguesia e Pequena Burguesia)	11–14 anos	3 anos	Formação geral, integrando cursos inferiores
	Escola Profissional (Subalternos)	11–14 anos	3 anos	Preparação para demandas de trabalho urbano e industrial
	Escola Técnica (Pequena Burguesia)	14–15 anos	2 anos	Formação especializada em atividades menores (indústria, comércio, campo)
Superior	Liceu Clássico (Burguesia)	15–18 anos	5 anos	Formação humanística tradicional, acesso à universidade
	Liceu Científico (Burguesia e Pequena Burguesia)	15–18 anos	5 anos	Formação científica e técnica, voltada às carreiras de engenharia e ciências
	Instituto Magistral (Burguesia, Pequena Burguesia e Subalternos)	15–18 anos	5 anos	Formação de professores para a educação infantil e primária
	Instituto Técnico Comercial (Pequena Burguesia e Subalternos)	15–18 anos	5 anos	Preparação para empregos administrativos públicos e privados
	Instituto Agrário/Industrial/Geometria/Náutico (Pequena Burguesia e Subalternos)	15–18 anos	4–5 anos	Formação técnica especializada em setores produtivos
	Instituto Feminino (Burguesia e Pequena Burguesia)	14–16 anos	2 anos	Formação moral e doméstica para jovens mulheres
	Magistério Feminino (Burguesia e Pequena Burguesia)	17–18 anos	2 anos	Formação de professoras para ensino maternal e primário
	Instituto Artístico (Burguesia e Pequena Burguesia)	15–18 anos	3–5 anos	Formação estética e cultural voltada às artes
Universidade	Ensino Superior (Burguesia)	18+ anos	variável	Formação científica e política de alto nível, voltada a funções de liderança

Fonte: Elaborada pelos autores (2026) com base na Carta della Scuola “Giuseppe Bottai e la carta della scuola. Una riforma mai realizzata” Editora Solfanelli (2013).

De acordo com a *Carta della Scuola*, elaborada por Bottai e aprovada pelo *Gran Consiglio del Fascismo*, em fevereiro de 1939, a escola constitui:

O primeiro fundamento da solidariedade de todas as forças sociais e tem por função formar a consciência humana e política das novas gerações. Por meio dos estudos, a escola desenvolve as bases [...] de uma cultura do povo, inspirada nos valores eternos da raça italiana e de sua civilização e por meio do trabalho, insere valores nas ‘(...) atividades concretas dos ofícios, das artes, das profissões, da ciência, das armas’. O estudo visa à ‘(...) formação moral e intelectual dos jovens’, bem como ‘a sua preparação política e guerreira’. O trabalho, que deve fazer parte do programa de todas as escolas, associa-se ao estudo com a finalidade de ‘(...) educar a consciência social e produtiva própria da ordem corporativa’. Escola e família devem atuar em ‘(...) comunhão de intenções e de métodos (dirigem) a força da infância e da adolescência no caminho da religião dos pais e dos destinos da Itália’ (Bottai, 1939 *apud* Horta, 2009, p. 79-80).

⁹ Idem

Segundo Michel (1977), “(...) a ginástica e o desporto constituíam o essencial da instrução pública. Todos os anos, para comemorar a ‘Marcha para Roma’, organizava-se um desfile de dezenas de milhares de jovens, para mostrar o seu ‘orgulho guerreiro’” (Silva, 2016, p. 66).

A *Carta della Scuola* estabeleceu a nova estrutura da escola italiana, definindo seus diferentes níveis e graus, bem como as características e finalidades próprias de cada um deles. A XXV Declaração sintetiza o percurso escolar previsto: da escola materna à elementar e, em seguida, à escola do trabalho, que dá acesso à escola artesanal para os que não pretendem prosseguir até o nível médio; à escola profissional e, desta, à escola técnica, para quem não deseja continuar os estudos no nível superior; e, por fim, mediante exame de admissão, à escola média, da qual se ascende, após novo exame, às escolas de nível superior. “Os formados nas escolas de nível superior passam, ou diretamente ou por meio de um exame, para as faculdades de nível universitário” (Horta, 2009).

A figura 5 mostra como o sistema escolar fascista foi estruturado para reforçar hierarquias sociais e de gênero, garantindo às elites o acesso ao liceu e à universidade, enquanto os subalternos eram direcionados às escolas profissionais e técnicas. Mesmo após as reformas de Giovanni Gentile, manteve-se um caráter seletivo significativo no processo de escolarização. Embora o número de instituições tenha aumentado, persistiam barreiras que dificultavam a passagem da escola elementar ao ensino superior, num percurso marcado pela terminalidade precoce, pela profissionalização obrigatória e por forte disciplinamento moral.

Nesse contexto, instituiu-se o *livreto escolar*, no qual se registravam faltas e indisciplinas que acompanhariam o aluno até a vida adulta. Paralelamente, o livro didático tornou-se instrumento central de padronização dos métodos e conteúdo, passando a ser rigidamente regulamentado por normas que definiam o que incluir ou excluir do material escolar. Segundo Rosa (2008), o controle sobre os livros do ensino elementar e médio estava diretamente associado ao avanço do totalitarismo. A construção do consenso e a exaltação do fascismo – especialmente de Mussolini como salvador da nação – justificavam sua permanência nas escolas. Por meio deles, buscava-se moldar o “novo homem fascista” e impedir o acesso a informações não supervisionadas pelo regime.

A fascistização do ensino consolidou-se com a adoção do livro único e com a reformulação dos métodos e programas escolares. Um decreto de março de 1928 proibiu o uso, na escola elementar, de livros que não estivessem alinhados às exigências históricas, políticas, jurídicas e econômicas definidas desde 28 de outubro de 1922, reforçando o controle ideológico sobre a educação (Cannistraro, 1975 *apud* Horta, 2009).

Segundo Rosa (2008), alunos judeus foram excluídos de todas as escolas e universidades, públicas e privadas, e professores judeus perderam seus cargos. Para as crianças judias do ensino

elementar, criaram-se escolas especiais, financiadas pelas próprias comunidades, mas obrigadas a adotar o livro didático oficial.

As leis raciais ainda alteraram currículos e programas escolares. Universidades passaram a incluir disciplinas baseadas na superioridade racial e as escolas foram obrigadas a ensinar sobre a “raça italiana” e os “problemas da contaminação”, além de adotar a leitura da revista *Defesa da Raça*. Livros de história reforçaram e legitimaram essa ideologia, difundindo o racismo no país (Rosa, 2008).

Segundo Rosa (2008), o início da Segunda Guerra Mundial e as mudanças internas do regime impediram a plena execução do projeto educativo de Bottai. Entre 1923 e 1939, a educação fascista foi marcada pela disputa entre duas concepções: uma que entendia a escola como espaço de formação do cidadão e outra que a via como instrumento para moldar o “perfeito fascista”. Gentile, responsável pela primeira grande reforma, representava a primeira tendência, ao valorizar o ensino clássico-humanístico e manter um sistema seletivo que excluía as camadas populares. Sua defesa de “poucas escolas, mas boas”, a autonomia docente e a forte presença da Igreja Católica limitaram o uso político da educação.

A partir de 1938, Bottai consolidou políticas raciais no âmbito escolar: professores judeus foram demitidos, livros de autores judeus proibidos e alunos judeus segregados em escolas especiais. Como afirmou o próprio Bottai (1939), citado por Horta (2009), a escola deveria travar “uma batalha de cultura e de civilização”, separando rigidamente italianos e judeus. Essa perspectiva contou com amplo respaldo da imprensa fascista, que defendia a separação educacional ao sustentar que a escola italiana deveria ser destinada aos italianos, enquanto os judeus teriam instituições próprias no interior do Estado. Desse modo, as medidas de caráter racista receberam apoio e legitimação por parte dos veículos de comunicação alinhados ao regime.

Para Maggiore (1938 *apud* Horta, 2009):

(...) livrar a escola dos judeus significa italianizar a escola. Por isso, a prioridade dada à escola na aplicação da política racial não é casual. Defender-se-á uma escola cem por cento italiana, nela se forma e se depura a personalidade do homem. Mas as medidas racistas suscitam uma vaga de indignação no povo italiano e causam desgosto e irritação entre os professores e estudantes, principalmente no meio universitário. O racismo antisemita fracassa, pois, na tentativa de enxertar na cultura universitária italiana um novo humanismo fundado não somente no voluntarismo de uma educação ‘heroica’ e guerreira, mas também na exaltação da raça italiana (Horta, 2009, p. 80).

A reação humanitária do povo italiano, de compaixão e indignação diante da injustiça e da brutalidade das disposições antisemitas demonstra que, apesar dos esforços do regime, os italianos resistiram a endurecer na direção esperada pelo fascismo. O Manifesto da Raça insere-se em um contexto mais amplo, pretendendo contribuir para a elaboração de uma nova civilização (Horta, 2009).

Todo o restante da reforma de Bottai permaneceu apenas na *Carta*, abafado pelos acontecimentos da guerra. Em julho de 1943, uma circular de Leonardo Severi, ministro da educação do Governo Badoglio, aboliu a carta e iniciou o processo de desfascistização da escola, intensificado a partir de 1945, com a atuação da Subcomissão de Educação do Governo Militar Aliado, dirigida por C. W. Washburne. Sintomaticamente, o periódico *I Diritti della Scuola*, em seu primeiro número após a queda de Mussolini, reivindicou um “retorno” às concepções pedagógicas de Lombardo-Radice (Horta, 2009).

A crítica de Gramsci à escola fascista

Gramsci (2007 - Tradução de 2024) compreende a educação como um espaço estratégico para a construção, manutenção ou transformação de projetos hegemônicos. Nesse sentido, as hierarquias sociais podem ser legitimadas ou contestadas por meio da escola, já que a posição dos indivíduos na divisão do trabalho não decorre de capacidades naturais, mas de condições históricas, relações de produção e acesso desigual a bens materiais e culturais. Na perspectiva marxista adotada por Gramsci, o trabalho constitui o ser humano e se realiza em condições determinadas pelas formas de produção. Com a industrialização, a formação, antes restrita ao ambiente doméstico e às corporações de ofício, deslocou-se para a escola, que passou a atuar como instrumento estatal de reprodução – e de potencial transformação – das relações de poder. Assim, a escola diferencia e segmenta socialmente, distribuindo indivíduos na hierarquia produtiva.

Ao analisar o fascismo, Gramsci critica o papel da escola na consolidação da hegemonia fascista, mas destaca também sua possível função emancipadora. Uma educação não subordinada à reprodução das desigualdades poderia formar intelectuais capazes de atuar na transformação social. O fascismo, contudo, buscou restringir essa possibilidade ao alienar a capacidade intelectual dos subalternos. O sistema educacional reforçava a posição das classes dirigentes, da pequena burguesia e dos grupos subalternos, garantindo às elites acesso privilegiado ao ensino superior. Às camadas populares, reservava-se uma formação limitada à escola elementar e média, de caráter moralizante e disciplinador, circunscrita ao horizonte da escola popular.

Gramsci denuncia a separação estrutural entre a educação destinada às camadas populares e a reservada à classe dirigente. Para ele, a hierarquia social reforçada pela escola fascista era aprofundada pela substituição do ensino de filosofia pelo religioso no nível elementar, o que mantinha os filhos dos subalternos presos a uma visão de mundo conservadora. Essa dinâmica resultava da frágil laicidade do Estado italiano, que, mesmo após a unificação, continuava marcado pelo peso político da Igreja Católica. O fascismo explorou essa relação para combater o socialismo e ampliar sua legitimidade.

Gramsci critica a forte presença da religião na escola e no Estado. A pregação religiosa, segundo ele, obscurece o discernimento crítico ao atribuir as desigualdades a causas divinas, induzindo os indivíduos à culpa e à resignação. Essa perspectiva desloca a responsabilidade humana para um plano transcendente, impedindo a compreensão das condições materiais e das relações de trabalho, que deveriam ser enfrentadas no terreno histórico e social (Gramsci, 2007). Ao comentar a reforma educacional fascista, Gramsci observa que as leis restabeleceram o ensino religioso nas escolas elementares e médias, justificando-o como substituto da filosofia. Portelli (1984), citado por Silva (2016), destaca que Gramsci responsabilizava Benedetto Croce por ter favorecido excessivamente a Igreja quando ministro da Educação, abrindo caminho para Gentile e para a submissão completa à instituição religiosa. Assim, a reforma fascista reproduziu pedagogicamente a mesma ruptura existente no campo religioso entre intelectuais e massas.

No Caderno 12, Gramsci (2007) afirma que o ensino religioso introduz uma concepção mágica do mundo, que entra em conflito com explicações científicas e filosóficas, reduzindo o conhecimento infantil ao folclore. Da mesma forma, noções de direitos e deveres são distorcidas por tendências individualistas e localistas, comprometendo a compreensão crítica da realidade. Gramsci (2007) faz algumas considerações a respeito da ruptura entre ensino primário e médio, provocada pela reforma Gentile, destacando que houve uma “(...) fratura determinada pela reforma Gentile, de um lado, na escola primária e média, e de outro, na escola superior. Antes da reforma, uma fratura desse tipo existia, de modo marcado, somente entre a escola profissional, por um lado, e as escolas médias e superiores”. Para Gramsci (2007)

A escola primária era colocada numa espécie de limbo, por algumas de suas características particulares. Nas escolas primárias, dois elementos se prestavam à educação e à formação das crianças: as primeiras noções de ciências naturais e as noções dos direitos e deveres do cidadão. As noções científicas deviam servir para introduzir a criança na *societas rerum*; os direitos e os deveres, na vida estatal e na sociedade civil (Gramsci, 2007, p. 1540).

Gramsci (2007) ressaltava o caráter marginalizador da reforma educacional ao atribuir ao ensino elementar uma função definitiva, destinada à formação da classe trabalhadora. O currículo, reduzido e simplificado, deixava de enfatizar os direitos e deveres e as ciências naturais, como antes da reforma, e introduzia cursos de iniciação profissional sem oferecer reais possibilidades de prosseguimento nos estudos.

Neste contexto, observa-se uma via dupla de interesses. Se por um lado, era vantajoso ao Estado que a ideologia fascista se expandisse e que o senso comum vigente não fosse questionado por grandes massas; por outro, a reforma escolar fascista interessava aprofundar a ruptura entre a formação destinada aos executores de ofícios e ordens e a reservada aos regentes do sistema vigente, ou seja, as elites (Gramsci, 2007). Gramsci observa que, no capitalismo tardio italiano, a alta burguesia industrial da região norte, os grandes proprietários de terras do sul e, sobretudo, os fascistas

– em geral, oriundos da pequena burguesia –, aliados à Igreja, não buscavam elevar a cultura das classes populares. Ao contrário, a relação entre intelectuais da Igreja e classes dominantes servia para manter a subalternidade e reforçar a estrutura hierárquica e excludente da sociedade italiana. Gramsci (2007) critica a segregação dos trabalhadores no ensino técnico e a destinação das demais classes ao ensino clássico, denunciando a função escolar de reproduzir desigualdades e consolidar a divisão social do trabalho.

Segundo Silva (2016), o fascismo manteve a separação entre ensino técnico e ensino humanístico como estratégia para reforçar o controle social e preservar a ordem. Essa divisão isolava aqueles destinados ao trabalho intelectual dos que deveriam apenas executar tarefas, assegurando à burguesia a direção política e econômica. A criação de dois mundos escolares, portanto, respondia diretamente aos interesses do *status quo*. Gramsci desenvolveu uma estratégia revolucionária por meio da atuação sindical, partidária, jornalística e parlamentar. Preso arbitrariamente e submetido a condições que levaram à sua morte, elaborou no cárcere uma ciência política capaz de explicar a formação, a continuidade e a superação da hegemonia capitalista, atribuindo à educação um papel central. Para ele, a hegemonia se constrói cultural e pedagogicamente, por meio do consenso. O avanço das especializações disciplinares, contudo, apenas reproduzia a divisão social do trabalho, cristalizando desigualdades. Por isso, defendia uma reforma orgânica da educação e da sociedade, voltada à formação de lideranças intelectuais e políticas entre os subalternos, capazes de construir uma nova hegemonia.

Apesar da ampliação do número de escolas, as reformas fascistas mantiveram mecanismos de exclusão, reforçando a profissionalização precoce e a terminalidade dos estudos para os grupos subalternos. A repressão a opositores e o controle da imprensa consolidaram um sistema escolar autocrático, que, ao final do regime, se tornou abertamente racista e militarizado. Professores e gestores foram orientados a difundir o mito de Mussolini e a formar o “cidadão-guerreiro”, figura central da ideologia fascista.

Gramsci criticou as mudanças curriculares, entendendo-as como instrumentos de controle e disciplinamento que impediam o desenvolvimento intelectual dos subalternos e bloqueavam a superação da hegemonia burguesa. Em oposição, propôs uma escola única, unitária e criativa, capaz de formar simultaneamente o *homo sapiens* e o *homo faber*, elevando progressivamente a capacidade intelectual e moral de todos, independentemente de sua origem social, geográfica ou política.

Referências

- BELLUCCI, Michele; CILIBERTO, Michele. **A Escola e a Pedagogia do Fascismo**, Turim, Loescher, 1978.
- BERTONELLI, Elena; RODANO, Giaime; CHIOSSO, Giorgio; TOGNON, Giuseppe. **Le riforme nella scuola italiana dal 1859 al 2003**. [S. l.: s. n.], 2003.
- BOTTAI, Giuseppe. Discurso proferido no Congresso de Ensino Médio Técnico, realizado em Vicenza nos dias 29 e 30 de maio de 1938. G. Bottai, *A Carta da Escola*, Milão, Mondadori, 1939, p. 153. In: Pasqualini, Daniela. **Giuseppe Bottai e la Carta della Scuola: una riforma mai realizzata**. Chieti: Solfanelli, 2013. 144 p. ISBN 978-88-7497-839-7.
- BROOKE, Nigel (org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, 520 p. Coleção EDVCERE, 1999.
- GENTILE, Emílio. **A Itália de Mussolini e a origem do fascismo**. São Paulo: ícone, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Caderno 12 (XXIX): 1932: apontamentos e notas esparsas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. Tradução de Maria Margarida Machado. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2007. E-book. Disponível em: <https://igsbrasil.org/blog/publicacao/2314705/download-dos-cadernos-do-carcere>. Acesso em: 28 abr. 2026.
- GRAMSCI, Antônio. **O ressurgimento e a unificação da Itália**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HORTA, José Silverio Baia. A educação na Itália fascista: as reformas Gentile (1922-1923) - Education in fascist Italy: the Gentile reforms (1922-1923). **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 179–223, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29249>. Acesso em: 24 fev. 2026.
- HORTA, José Silverio Baia. A educação na Itália fascista (1922-1945). **Revista Brasileira de História da Educação**, [S. l.], v. 9, n. 19, p. 47-89, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38558/20089>. Acesso em: 24 fev. 2026.
- PAGANO, Saverio. **La politica culturale del regime attraverso la rivista “Educazione fascista”**. Roma: Nova Millennium Romae, 2024.
- ROSA, Cristina Souza da. **Para além das fronteiras nacionais: um estudo comparado entre os institutos de cinema educativo do Estado Novo e do Fascismo (1925-1945)**. 2008. 420f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/27606?locale-attribute=en>. Acesso em: 24 fev. 2026.
- SILVA, Deise Rosálio da. **Hegemonia e Educação: proposta gramsciana de superação da subalternidade**. 2016. 435 f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15082016-150022/pt-br.php>. Acesso em: 24 fev. 2026.